

cescontexto

Escalas e Espaços

IX Edição do Congresso Ibérico

de Estudos Africanos – Volume III

Organização

Tiago Castela

Nº 20

Abril, 2018

Debates

www.ces.uc.pt/cescontexto



Índice

Tiago Castela

Introdução..... 6

Persistências e ruturas do *nomos* da ocupação Europeia

Ana Cristina Roque

Turning the Maputo river into a borderline: Amathongaland and the definition of the south Mozambique border (19th-20th Century) 9

Dário López Estévez

O papel da UA e do IGAD na resolução das questões pendentes entre o Sudão e o Sudão do Sul: Dimensão e natureza das problemáticas intersudanesas depois da cisão nacional..... 26

Luís Manuel Brás Bernardino

A Estratégia Marítima Integrada de África 2050: Uma nova dimensão para a Segurança Marítima Africana..... 48

José Palmeira

Potencialidades do eixo Luanda-Brasília na segurança regional 68

Mario Lozano Alonso

Surgimiento y desarrollo de los primeros estados musulmanes en Etiopía antes del yihad de Aḥmad Gḥagn..... 76

Redes espaciais coloniais e pós-coloniais

Silvia Almenara Niebla

La construcción del movimiento estudiantil nigeriano: modelos de resistencia heredados y su impacto en el periodo postcolonial (1950-1980) 90

Beatriz Ródenas Cerezo

Cofradías Musulmanas en contexto migratorio: asociacionismos, agencia y género entre Senegaleses/as en Valencia 99

Olga Iglésias

Guerra e paz em Moçambique. O poder colonial e o impacto do Islão (séc. XX e XXI): Estudo de caso nas províncias de Tete e da Zambézia..... 109

Eurídice Monteiro e Katia Cardoso

Um arquipélago à deriva? Controvérsias sobre as relações externas de Cabo Verde e as eventuais derivações europeístas, africanistas ou atlantistas 131

Rik Apolo de Carvalho

Corrida ao mar? O desafio da segurança marítima nos pequenos Estados insulares: o Caso de Cabo Verde..... 149

Eugénio Costa Almeida

O papel de Angola como vértice do eixo centro-austral de África: contributos para a segurança regional..... 179

Espaços do projeto do desenvolvimento pós-colonial

Pablo Muñoz González e Nicolás Pozo Serrano

Carlos Sempat Assadourian, la minería y la historiografía: El alcance de la transversalidad en las Ciencias Sociales 192

Fabrcio Dias da Rocha

“Outra vez não Vale a pena!” Um estudo de caso sobre a atuação dos megaprojetos de mineração em Moçambique e as reivindicações de participação cidadã feitas pelas comunidades afetadas..... 203

Lisandra Franco de Mendonça

Conservação da arquitectura e ambiente urbano modernos: O Jardim Tunduru em Maputo 214

O papel de Angola como vértice do eixo centro-austral de África: contributos para a segurança regional¹

Eugénio Costa Almeida,² Centro de Estudos Internacionais, Instituto Universitário de Lisboa (CEI-IUL)
elcalmeida@gmail.com

Resumo: A política de defesa regional da África central assenta primordialmente num triângulo organizacional estratégico composto pela Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), pela Comissão do Golfo da Guiné (CGG) e pela Comissão Internacional da Região dos Grandes Lagos (CIRGL). Angola está presente nestes três centros decisórios, sem descurar a sua vertente austral, onde assume papel de relevo na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e, em paralelo, na 5ª Brigada Militar de Unidade Africana. A comunicação proposta pretende analisar o papel de Angola como vértice nas relações político-militares nas duas sub-regiões (CEEAC e SADC) da África Subsaariana.

Palavras-chave: Angola, Organizações regionais, África Austral, África Central, Golfo da Guiné

Abstract: The defense policy of central Africa is based primarily on a triangle formed by the Economic Community of Central African States (ECCAS), the Commission of the Gulf of Guinea (CGG) and the International Committee of the Great Lakes Region (ICGLR). Angola is present in these three decision-making centers, without neglecting its southern slope, which takes on a crucial role in the Community for the Southern African Development Community (SADC) and, in parallel, at the 5th Military Brigade of African Unity, based in Gaborone, Botswana. The text that follows will examine this essential vertex – Angola – the politico-military relations in the two sub-regions (ECCAS and SADC) of Africa.

Key-words: Angola, Regional organizations, Southern Africa, Central Africa, Gulf of Guinea.

(Nota: o autor adoptou a escrita anterior à do acordo ortográfico)

¹ Texto no âmbito do IX Congresso Ibérico De Estudos Africanos, em Coimbra, de 11 – 13 de Setembro de 2014, no Painel “Arquitecturas de Segurança na África Subsaariana. O papel das Organizações Regionais Africanas na gestão estratégica dos conflitos. Impactos para a segurança regional”.

² Licenciado (Universidade Lusíada de Lisboa), Mestre em Relações Internacionais e Doutorado em Ciências Sociais, na especialidade de Relações Internacionais (ambos pelo ISCSP-UL). Com três livros de ensaios publicados e intervenção em algumas obras publicadas (ensaios, prefácios e poesia). Investigador do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE (CEI-IUL) bem como do CINAMIL, da Academia Militar. Tem participado em Debates e Conferências como orador e moderador e tem sido igualmente referenciado como reviewer de textos científicos.

1. Introdução

Angola, enquanto país da África centro-austral com capacidade de decisão na gestão dos problemas (conflitos, escaramuças, diversificações políticas) que assumem na região, sobrevém como um dos vértices geradores de estabilidade no triângulo centro africano, onde a Comissão do Golfo da Guiné (CGG), a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) e a Comissão Internacional da Região dos Grandes Lagos (CIRGL), emergem como os catetos desse triângulo.

Todavia, há que não esquecer que Angola é, igualmente, um Estado-membro importante – é a par da África do Sul um dos dois mais importantes Estados – da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Além de ser a segunda força político-económica é, também, um Estado fornecedor de efectivos militares para a composição da 5^a Brigada Militar de Unidade Africana, com sede em Gaborone, Botswana. Esta força foi criada no âmbito da área de defesa da União Africana e tem como base o Protocolo Relativo ao Conselho para a Paz e Segurança (CPS) da União Africana, entrada em vigor em 26 de Dezembro de 2003, visando para a promoção da paz, segurança e estabilidade em África.

Apesar de Angola ser Estado-membro efectivo de duas organizações regionais africanas isto acarreta-lhe um problema adicional: a união Africana não admite que um mesmo estado seja membro de mais de uma organização regional, seja política ou económica.

Todavia, a importância de Angola na persecução dos esforços de Paz na região dos Grandes Lagos tem-lhe permitido manter essa capacidade equitativa pelas duas comunidades regionais: SADC e CEEAC. Angola é um dos 15 Estados-membros da SADC e um dos 11 Estados-membros da CEEAC.

E com essa dupla aptidão, Angola emerge como a principal força estabilizadora do continente na área centro-africana e como um dos principais parceiros político económico da África Austral; em particular com a reabertura do Caminho-de-ferro de Benguela (CFB) e a sua ligação entre o porto do Lobito e a fronteira leste, em Luau, até ao Congo Democrático (RDC) e à Zâmbia ou a projectada ligação à Namíbia, através da prorrogação do Caminho-de-ferro de Moçâmedes (CFM), a partir do porto de Namibe.

São estes vários aspectos que vou tentar analisar e escarpelizar nos minutos que se seguem, sabendo que é uma matéria muito vasta e complexa, difícil – diria, impossível – de abordar em tão curto espaço temporal disponível para esta sessão.

2. Angola e a política de defesa da África central

Como é referido na Introdução, Angola é um dos principais vértices da política de paz, estabilidade e seguranças africanas na desordenada região centro do continente, em particular na zona envolvente dos chamados Grandes Lagos (ou seja, na área compreendida entre o leste da República Democrática do Congo (RDC) e da antiga região Urundi – esta engloba as Repúblicas do Ruanda e do Burundi).

Ainda assim, não se pode esquecer o impacto que as sucessivas crises político-militares desta região, reconhecida pela sigla CIRGL ou Grandes Lagos, vem mantendo sobre os países vizinhos, em particular no Uganda e no Quénia, este igualmente afectado pela sua proximidade à Somália e à instabilidade político-militar do Corno de África, ou, ainda, na República Centro-Africana (RCA).

Foi devido à cíclica instabilidade da região e, principalmente, na defesa da plena navegabilidade do Golfo da Guiné, que os Estados centro-africanos, com o beneplácito da União Africana, da ONU e outras organizações político-militares que «vigiam» a área (recordo a AFRICOM³ ou a ZOPACAS) acordaram em reforçar as competências daqueles Estados quer junto da CEEAC,⁴ quer junto da CGG, como dar uma maior capacidade de decisão aos países que tentam regular e resolver a problemática crise da região dos Grandes Lagos e a salvaguarda da integridade territorial da RDC. E neste caso, despontam Angola e a África do Sul; ainda que, e a partir do início desta década, mais os angolanos que os sul-africanos.

E é neste contexto que Luanda surge como o epicentro político na resolução das crises político-militares da África central, mas e, principalmente, como um dos seus principais vértices para uma desejada solução reguladora das referidas crises.

Angola, nomeadamente a sua capital, Luanda, tem sido uma importante – talvez, ultimamente, a mais importante, – placa giratória para os diplomatas africanos, europeus e norte-americanos⁵ ou para a ONU,⁶ no que concerne à solução das questões relacionadas com a RDC⁷ e as sucessivas rebeliões e insurreições no Leste do país, nomeadamente nas províncias do Kivu (Norte e Sul) ou nas questões políticas – por vezes com recurso a elementos armados – em outras zonas do país; nas recentes rebeliões da RCA, originadas entre cristãos e animistas e islamitas radicais⁸; bem como na instável zona dos Grandes Lagos.

³ A AFRICOM foi apresentada em 07.02.2007 e considerada operacional a 01.10.2007, com sede inicial na Alemanha – os Estados africanos contactados para acolherem a sede da AFRICOM, nomeadamente, Angola e São Tomé e Príncipe, recusaram essa pretensão. O primeiro comandante da AFRICOM foi o general William Kip Ward, nomeado pelo então presidente George W. Bush.

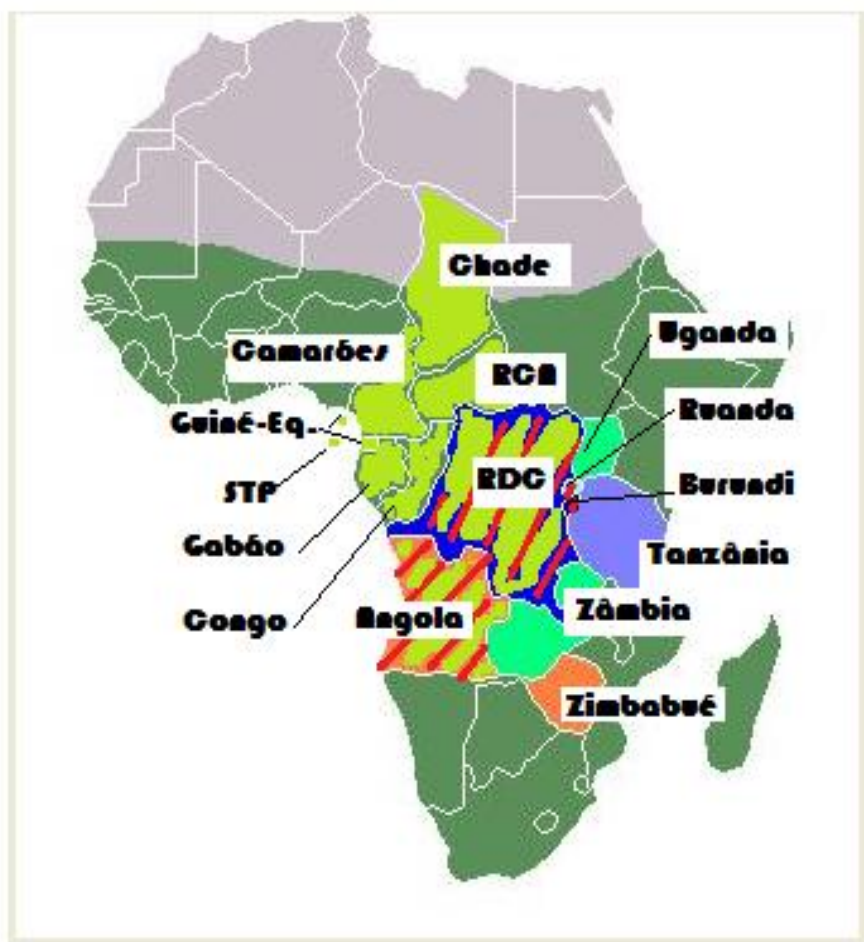
⁴ Formam a Comunidade dos Estados da África Central (CEEAC) 11 países: Angola, Burundi, Camarões, Chade, Gabão, Guiné-Equatorial, República Centro-Africana, RDC, República do Congo, Ruanda e São Tomé e Príncipe.

⁵ Cf in semanário Sol, de 06.05.2014. <http://www.sol.pt/noticia/104967>.

⁶ «Angola é “uma referência para a paz e segurança na região” segundo a subsecretária geral das Nações Unidas para a região dos Grandes Lagos» in Portuguese Independent News Network (PINN) <http://portugueseindependentnews.com/2013/10/28/onu-solicita-apoio-angola-resolucao-crise-rdc/>.

⁷ Sobre a crise na RDC ver: «Crisis in the Democratic Republic of Congo» in <http://www.responsibilitytoprotect.org/index.php/crises/crisis-in-drc> (acedido em 03.09.2014).

⁸ Cf. <http://paginaglobal.blogspot.pt/2014/03/angola-e-republica-centro-africana.html>.



Nota: Os Estados com lista vermelha, Angola, Burundi, RDC e Ruanda são, simultaneamente, Estados-membros da CEEAC e da CIRGL.

Figura 1. Estados-membros da CEEAC e da CIRGL

De notar que Angola detém, desde Janeiro, a presidência rotativa da CIRGL, uma “estrutura” que procura enquadrar a resolução dos conflitos quer para a zona dos Grandes Lagos como, também, para a RCA.⁹ A mesma estrutura que, ainda recentemente, organizou em Luanda, uma mini-cimeira sobre a Segurança nos Grandes Lagos, presidida pelo tenente-general Azevedo Xavier Francisco, director adjunto dos Serviços de Inteligência Externa de Angola, e organizada pelos Serviços de Inteligência e Segurança da Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos. Esta cimeira destinou-se a «*obter contribuições dos especialistas dos Estados-membros para a solução dos conflitos na Região dos Grandes Lagos que são analisadas hoje no encontro dos ministros da Defesa, na qual não*

⁹ Cf. «Angola, Chade e Congo tentam solução pacífica» in semanário Expansão, de 06.06.2014, <http://www.expansao.co.ao/Artigo/Geral/47040>.

participaram representantes da República Centro Africana (RCA) e do Sudão do Sul». Angola emergiu nesta cimeira como um exemplo a seguir.¹⁰

Foi nesta linha que a RCA, tal como já o tinha feito, em tempos, a Somália, solicitou a Angola o envio de forças militarizadas para ajudar a resolver a insurreição armada que coloca em causa não só a integridade territorial da RCA como, e principalmente, a estabilidade política, militar e territorial da região.¹¹

Como recordava, há cerca de dois anos, um diplomata cabo-verdiano, em Luanda, Angola tem advogado uma importante capacidade para conduzir o papel “*das lideranças africanas na resolução das crises no continente, onde a instabilidade se traduz na anulação do voto soberano expresso nas urnas e na conseqüente usurpação do poder, através de métodos anti-constitucionais, provocando conflitos conducentes à negação do desenvolvimento e à violação dos mais elementares direitos humanos*”.¹²

E se a região Centro-africana e a região dos Grandes Lagos são dois dos catetos importantes do grande triângulo centro-africano, não podemos esquecer outro importante cateto, a região do Golfo da Guiné.

3. Angola e a sustentabilidade do Golfo da Guiné

Sobre esta questão vou tomar como ponto de sustentação e apoio um trabalho efectuado há cerca de ano e meio – com a colaboração do tenente-coronel Luís Bernardino (Almeida & Bernardino, 2013) – sobre a ZOPACAS (ou ZPCAS – Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul) e a Comissão do Golfo da Guiné (CGG), para a Revista Militar (Almeida & Bernardino, 2013: 43-61).

A CGG surgiu pela via de uma cimeira realizada por alguns países da região, na capital gabonesa de Libreville, em 2001, na sequência de uma proposta nigeriana de 1999. Na cimeira que formalizou a criação da CGG os Chefes de Estado e de Governo presentes e signatários incrementaram, consensualmente, uma ideia que conducente a desenvolver uma cooperação estratégica para a segurança regional, com especial destaque, na vertente marítima.

A sede desta comissão encontra-se em Luanda e são Estados-membros Angola, Camarões, Gabão, Guiné-Equatorial, Nigéria, Congo Democrático (RDC), República do Congo e São Tomé e Príncipe. Como se antevê os países signatários são todos eles, como maior ou menor exposição, produtores de hidrocarbonetos, representando cerca de 5 milhões de barris/dia de produção petrolífera. Só Angola produz entre 1,9 e 2,1 milhões de barris diários.¹³

¹⁰ «Diálogo na solução de crises» in Jornal de Angola, de 11.01.2014, citado pelo portal Diário Angolano <http://diarioangolano.com/index.php/politica/8022-dialogo-na-solucao-de-crises>.

¹¹ Cf. <http://www.soldoindico.co.mz/republica-centro-africana-pede-envio-de-militares-angolanos-para-manter-paz-no-pais/07/2014> (de 15/07/2014).

¹² Embaixador Domingos Mascarenhas, citado pela ANGOP a 10.01.2013, cf. http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2013/0/2/Diplomata-advoga-importancia-das-liderancas-africanas-resolucao-das-crises-Africa,0109a07f-a9bc-4d9e-bfe0-d729c10c58bf.html.

¹³ Anuário Económico de Angola, 2010, 41-52.



Estados-membros da Comissão do Golfo da Guiné

Figura 2. Estados-membros da Comissão do Golfo da Guiné

De notar que o Golfo começava a estar sob efeitos de uma pirataria emergente e as únicas entidades competentes para anular – ou combater – a pirataria na região eram todas externas; em particular, a AFRICOM e navios de países europeus e alguns asiáticos (China, por exemplo) que derrotavam pela região.

Como se sabe os Estados africanos nunca foram muito propensos a olharem para as suas marinhas de guerra como um instrumento necessário para a defesa territorial e dos seus recursos estratégicos marinhos *offshores*. Estes só eram olhados como fornecedores dos hidrocarbonetos e nada mais.

Ainda assim, e este tema será em outros ensaios, África adoptou, em 2012,¹⁴ uma «Estratégia Africana Marítima Integrada – 2050» (*2050 AIM Strategy*), que visa colmatar uma enorme lacuna relativamente à visão a longo prazo da UA para os desafios, oportunidades e ameaças que se colocam aos seus estados-membros no domínio marítimo¹⁵.

A criação da ZOPACAS e o “Plano de Acção de Luanda” levou os Estados da zona a implementar “*projectos nas áreas dos mapeamentos e exploração de fundos marítimos*” e a “... gerar mecanismos de cooperação concretos ... [visando temas de] *segurança, aeroportuária e marítima, mapeamento e exploração de solos marítimos e combate ao crime organizado transnacional*” (Almeida & Bernardino, 2013: 56).

¹⁴ A 3 de Junho de 2011, a Comissão da UA decidiu constituir um Grupo de Acção Interdepartamental com esse fim, cf. “Press Release 064/2011 «Task force to lead development and implementation of 2050 Africa’s Integrated Maritime Strategy» citado por DIAS, Alexandra (2011: 69-73).

¹⁵ Cf. “2050 AIM Strategy” in: [http://pages.au.int/sites/default/files/2050%20AIM%20Strategy%20\(Eng\)_0.pdf](http://pages.au.int/sites/default/files/2050%20AIM%20Strategy%20(Eng)_0.pdf)

O Golfo é, estrategicamente, uma das principais rotas na exploração e comercialização de hidrocarbonetos – os dois maiores produtores e exportadores de crude africano estão aqui implantados; Angola, já referido, e Nigéria – bem como alguns dos principais pontos de pesca, em África e explorados – dir-se-ia quase exauridos – por frotas pesqueiras do Japão, Coreia do Sul e União Europeia.

E Angola com a revitalização da sua marinha de guerra que, ultimamente, vem tornando efectiva através do Programa de Desenvolvimento do Poder Naval Angolano (Pronaval), pode se tornar numa potência com projecção regional mais intensa e, simultaneamente, o principal factor de estabilização do Golfo. Seria interessante que a Nigéria seguisse esta ideia.

Uma das consequências foi a proposta de criação, durante a sua presidência, de um comité especial para tratar de questões de defesa e segurança, cujo objectivo será a defesa, paz e segurança, o combate à pirataria e outros atos ilícitos no mar, a protecção do meio ambiente marítimo, as comunicações marítimas, a prevenção, gestão e resolução de conflitos, a cooperação e harmonização das políticas, em termos de exploração dos recursos marinhos, bem como a delimitação das Zonas Económicas Exclusivas (ZEE).¹⁶

Como uma das medidas de segurança regional, a CGG propôs uma redefinição do mandato da ONU na RDC (MONUC), relativo ao uso da força, ao abrigo do artº 7 da Carta da ONU, tendo obtido por parte da Nações Unidas uma resposta positiva, através da Resolução 1843, de 20 de Novembro de 2008, onde estava referido o aumento em cerca de 3000 efectivos militares para implementar a paz e segurança na RDC. Angola foi vista como um dos principais impulsionadores para a aprovação desta Resolução.

Quanto à segurança marítima e protecção da ZEE há que estimular as marinhas de guerras de cada Estado-membro, principalmente quando alguns estados, pertencentes à própria CGG estão a tentar obter áreas territoriais de ZEE dentro das zonas económicas exclusivas de outros estados, como é o caso da RDC que, em Maio de 2009, apresentou uma proposta à ONU para que as suas fronteiras com Angola fossem redefinidas; está em causa a exploração de áreas petrolíferas que estão a ser exploradas por entidades reguladas por Angola; de notar que esta vontade teve o seu início em 2007.¹⁷

Caso contrário, continuaremos a ver flotilhas exógenas na área a fazerem o papel que caberia aos Estados do Golfo: o papel de autoridades marítimas e reguladoras de exploração marítima. A África do Sul, potência meridional de África e a maior potência da SADC já há muito que passou a olhar para a sua marinha como um dos principais meios dissuasores no combate ao crime marítimo transnacional e regional.¹⁸ Recordemos que a África do Sul mandou construir alguns quantos submersíveis para defesa das águas regionais do Golfo e do Índico; ou seja, para defesa da rota entre o Estreito de Moçambique/Cabo e o Golfo.

4. A SADC como supedâneo do triângulo estratégico centro-africano

Como é do domínio dos analistas a SADC surge por iniciativa dos chamados “*Países da Linha da Frente*”, em 1975, e na sequência da já existente SADCC, formalmente criada em

¹⁶ “Comissão do Golfo da Guiné propõe órgão para questões de defesa e segurança” in: Diário de Notícias, de 10.08.2013, <http://www.dnoticias.pt/actualidade/mundo/400603-comissao-do-golfo-da-guine-propoe-orgao-para-questoes-de-defesa-e-seguranca>.

¹⁷ Cf. Novo Jornal nº 71, edição de 30.05.2009, página 7.

¹⁸ Entretanto há conhecimento que Angola está a negociar a compra de cerca de 7 navios de guerra ao Brasil, além de ter reactivado os seus estaleiros navais do Cuanza Sul.

1980. O fim do regime do apartheid na África do Sul e a sua integração na SADCC transformam esta organização, em 1992, na SADC, na Cimeira de Windhoek, Namíbia.

Tal como Angola, também a RDC tem dupla participação na CEEAC e na SADC. Esta é, claramente, dominada pela maior potência económica e política de África, e um dos Estados-membros do G20 e dos BRICS, a África do Sul.

Mas se a vertente da SADC é manifesta e principalmente política e económica, também é um dos organismos regionais onde está implantada uma das brigadas internacionais criadas pela União Africana no âmbito da Defesa e Segurança interna do Continente no espaço da “*Arquitectura de Paz e Segurança Africana*” para o Século XXI (Bernardino, 2008: 595). São as *African Standby Brigades* ou *African Standby Force* (ASF – Fig. 3) e, no caso presente, temos a 5ª Brigada Militar da União Africana (*SADC-Standby Force* ou SADCBRIG), com sede em Gaborone, Botswana.

Figura 1 ASF regions

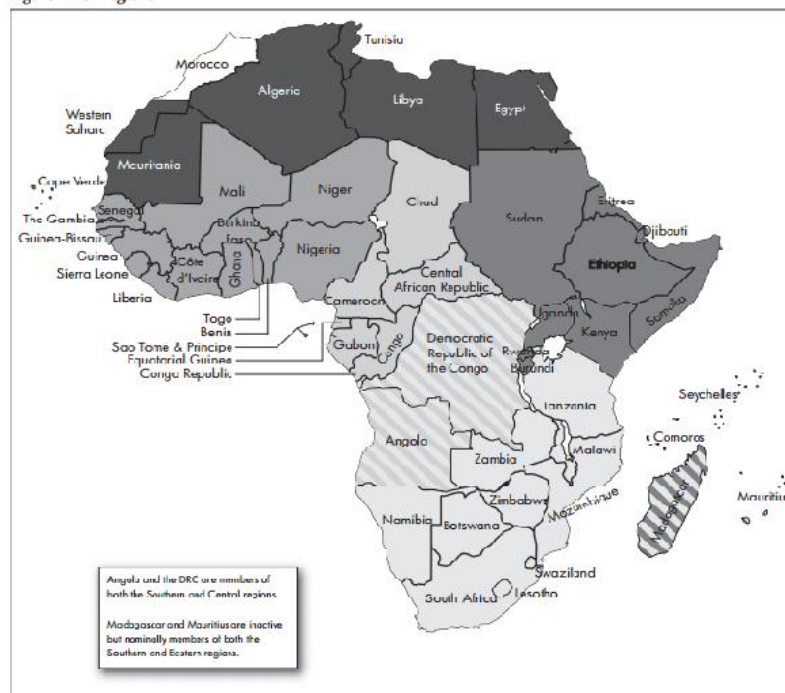


Figura 3. *African Standby Brigades* (Cilliers, 2008:2)¹⁹

Além disso a SADC apresenta-se como a principal organização de cooperação Sul-Sul de carácter inter e supra-regional, nomeadamente com a colaboração com a ZOPACAS e a adesão ao Tratado de Tlatelolco,²⁰ facto que é impeditivo da AFRICOM se estabelecer na região.

¹⁹ Cf. <http://dspace.africaportal.org/jspui/bitstream/123456789/30855/1/PAPER160.pdf?1>, consultado em 04.09.2014.

²⁰ O Tratado de Tlatelolco, Cidade do México, ou Acordo de Segurança sobre o Atlântico Sul, prevê esta região livre de armas nucleares e da presença de forças militares estrangeiras. Assinado em 14 de Fevereiro de 1967, foi inicialmente adoptado pelos países da América Latina e Caribe (no âmbito do Organismo para Proscrição das Armas Nucleares na

Para Angola, a SADC, cuja potência directora é a África do Sul, mais que uma organização político-económica é um supedâneo (isto é, uma peanha/base de apoio) ao triângulo estratégico centro-africano onde Angola se apresenta como a principal potência regional.

Por essa razão Angola não está, formalmente, inserida nas brigadas da ONU que tentam manter a Paz na RDC, apesar de ser, em teoria, um dos Estados membros da *ECCAS-Standby force* ou *Force Multinationale de l'Afrique Centrale* (FOMAC), mas é um dos suportes efectivos da 5ª Brigada da UA.

As brigadas militares da União Africana, as *African Standby Brigades* ou ASF, estão assim distribuídas:

Table 4 ASF membership

Central region (FOMAC)	Southern region (SADCBRIG)	Eastern region (EASF)	Northern region (NASBRIG)	Western region (ESF)
Angola		Sudan	Western Sahara	Mali
Democratic Republic of Congo		Ethiopia	Mauritania	Cape Verde
São Tomé et Príncipe	Malawi	Eritrea	Algeria	Senegal
Equatorial Guinea	Zambia	Djibouti	Tunisia	Gambia
Cameroon	Zimbabwe	Somalia	Libya	Guinea Bissau
CAR	Namibia	Kenya	Egypt	Guinea
Gabon	Swaziland	Uganda		Sierra Leone
Chad	Lesotho	Rwanda		Liberia
Congo (Brazzaville)	Botswana	Tanzania		Côte d'Ivoire
	South Africa	Burundi		Ghana
	Mozambique	Comoros		Togo
	Madagascar			Benin
	Mauritius			Nigeria
	Tanzania			Niger
				Burkina Faso

Figura 4. African Standby Brigades (Cilliers, 2008, 13) citado por Bernardino, 2008: 595).

Nota explicativa das siglas das 5 Brigadas:

- North African Regional Capability (NARC ou NASBRIG), para a África do Norte, sede no Cairo, Egipto (embora, na prática, esteja localizada em Argel e Cairo);
- ECOWAS-Standby Force (ESF), para a África Ocidental, sede em Abuja, Nigéria;
- ECCAS-Standby Force ou *Force Multinationale de l'Afrique Centrale* (FOMAC), para a África Central, sede em Libreville, Gabão;

América Latina e no Caribe (OPANAL)) e, posteriormente, estendido aos países africanos do Atlântico Sul por quanto da criação da ZOPACAS.

- Eastern Africa-Standby Force (EASF), para a África Oriental, sede em Addis-Abeba, Etiópia;
- SADC-Standby Force (SADCBRIG, para a região austral de África, sede em Gaborone, Botswana.

5. Conclusão

Em conclusão infere-se que Angola, ou mais correctamente, a política externa angolana, não está limitada a uma única região africana nem é, ou se restringe, a uma única dimensão. Angola contribui, à sua maneira, para o fortalecimento de duas sub-regiões continentais africanas – a CEEAC e a SADC – dentro da União Africana segundo o prisma de construção de uma ordem regional e mundial pacíficas e solidária, fundada no Direito e nos princípios do multilateralismo, consciente da sua inserção regional, do seu peso territorial, económico, cultural e da sua política interna e externa.

Como se sabe, e já foi aqui descrito, Angola com a preocupação no vector de segurança, como Estado com projecção regional forte, está inserido na CGG onde a ideia de segurança se refere à garantia dos interesses económicos e políticos dos Estados-membros; em paralelo está na ZOPACAS, outra organização onde a segurança predomina, com a garantia que esta organização lhe permite assegurar a defesa de Paz no Atlântico Sul. Ora estas duas organizações de Paz e Segurança na região equatorial apresentam-se como sustentáculos da nova configuração político-militar da CEEAC.

São um triângulo que conferem aos Estados-membros – uma relação de segurança na produção e transporte das suas produções petrolíferas. E no caso de Angola acresce-se a sua afirmação na cena internacional, a confirmação da sua integração regional – ainda que dupla – e a asserção da cooperação Sul-Sul (Joveta, 2011: 7).

Neste caso insere-se a importância de Angola na perspectivada resolução dos conflitos da RDC – infelizmente parecem ressurgir como cogumelos – está consubstanciada nas palavras do secretário Executivo da Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos, Alphonse Daniel Ntumba Luaba Lumu, da RDC, que lembrou “(...) a operacionalização da brigada especial de intervenção e o fim do conflito, que culminou com as respectivas declarações do Governo e do Movimento rebelde M23, a 12 de Dezembro de 2013, em Nairobi” – fim do conflito entre as forças armadas da RDC e o movimento rebelde M23 – onde o apoio das Forças de Manutenção da Paz, do apoio logístico e do Mecanismo Conjunto de Verificação Alargado e da União Europeia, que concedeu apoio financeiro através da União Africana, bem como a liderança política de Angola, foram importantes para o fim daquele conflito.²¹

Recordemos, só para dar uma ideia do que alguns Estados parecem esperar de Angola, usando como ideia o que, ainda recentemente, vimos a governabilidade do Lesoto ser posta em causa através de um *putsch* militar prontamente anulado pela intervenção militar sul-africana, na reposição da legitimidade constitucional. De certa forma é isso o que advoga a União Africana.

É isso o que a política externa angolana advoga para as sub-regiões onde essa mesma política se projecta!

²¹ «Diálogo na solução de crises», em <http://www.expansao.co.ao/Artigo/Geral/47040>.

Referências

AA.VV. (2010), *Anuário Económico de Angola*. Luanda: Câmara do Comércio e Indústria.

Almeida, Eugénio Costa e Bernardino, Luís Manuel Brás (2013), “A Comissão do Golfo da Guiné e a Zona de Paz e cooperação do Atlântico Sul: Organizações interzonais para a persecução da segurança marítima na Bacia Meridional Atlântica”, *Revista Militar*, 2532, 43-61.

Bernardino; Luís Manuel Brás (2008), “Políticas de Segurança e Defesa em África e para África. O papel das Organizações Regionais Africanas”, *Revista Militar*, 2476, 585-600.

Cilliers, Jakkie (2008), “The African Standby Force: An update on progress”, *ISS Paper*, 160, 1-19.

Dias, Alexandra Magnólia (2011), “Nota Introdutória”, in *Os desafios da pirataria Marítima em África*, IPRI, 31, 069-073.

Joveta, José (2011), *A Política Externa de Angola: Novos regionalismos e Relações bilaterais com o Brasil*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Páginas electrónicas acedidas

“2050 Africa Integrated Maritime Strategy (2050 AIM STRATEGY)”, *AU, Version 1.0, 2012*, disponível em [http://pages.au.int/sites/default/files/2050%20AIM%20Strategy%20\(Eng\)_0.pdf](http://pages.au.int/sites/default/files/2050%20AIM%20Strategy%20(Eng)_0.pdf), consultado a 08.09.2014.

“Angola e República Centro Africana ressaltam nível de relações políticas”, *Página Global*, de 7 de Março de 2014, disponível em <http://paginaglobal.blogspot.pt/2014/03/angola-e-republica-centro-africana.html>, consultado ea 04.09.2014.

“Angola, Chade e Congo tentam solução pacífica”, *Expansão*, de 6 de Junho de 2014. disponível em <http://www.expansao.co.ao/Artigo/Geral/47040>, consultado a 04.09.2014.

“Comissão do Golfo da Guiné propõe órgão para questões de defesa e segurança” *Diário de Notícias*, de 10 de Agosto de 2013. Disponível em <http://www.dnoticias.pt/actualidade/mundo/400603-comissao-do-golfo-da-guine-propoe-orgao-para-questoes-de-defesa-e-seguranca>, consultado a 06.06.2014.

“Crisis in the Democratic Republic of Congo”, *International Coalition for the Responsibility to Protect*. Disponível em <http://www.responsibilitytoprotect.org/index.php/crises/crisis-in-drc>, consultado a 03.09.2014

“Diálogo na solução de crises”, *Jornal de Angola*, de 11 de Janeiro de 2014, disponível em <http://diarioangolano.com/index.php/politica/8022-dialogo-na-solucao-de-criises>, consultado a 03.09.2014.

“Diplomata advoga importância das lideranças africanas na resolução das crises em África”, *ANGOP*, de 10 de Janeiro de 2013. Disponível em http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2013/0/2/Diplomata-advoga-

importancia-das-liderancas-africanas-resolucao-das-criSES-Africa,0109a07f-a9bc-4d9e-bfe0-d729c10c58bf.html, consultado a 03.09.2014.

“Luanda acolhe reunião de alto nível sobre crise na República Centro-Africana”, *semanário Sol*, de 6 de Maio de 2014, disponível em <http://www.sol.pt/noticia/104967>, consultado a 04.09.2014.

“Ministro angolano das Relações Exteriores admite intervenção militar contra FDLR na RD do Congo”, *Africa 21 Digital*. Disponível em http://www.africa21digital.com/politica/ver/20039712-ministro-angolano-das-relacoes-exteriores-admite-intervencao-militar-contrafdlr-na-rd-do-congo?utm_source=e-gei&utm_medium=email&utm_term=Newsletter+Africa+21+Digital&utm_campaign=%EF%BF%BDfrica+21+Digital, consultado a 10.09.2014.

“Ministro da Defesa angolano diz que CPLP vai intervir conjuntamente no combate à pirataria no Golfo da Guiné”, *África 21 Digital*. Disponível em http://www.africa21digital.com/politica/ver/20038104-ministro-da-defesa-angolano-diz-que-cplp-vai-intervir-conjuntamente-no-combate-a-pirataria-no-golfo-da-guine?utm_source=e-gei&utm_medium=email&utm_term=Newsletter+Africa+21+Digital+29%2F05%2F2014&utm_campaign=%EF%BF%BDfrica+21+Digital, consultado a 29.05.2014.

“ONU solicita apoio de Angola na resolução da crise da RDC”, *Portuguese Independent News Network.*, disponível em <http://portugueseindependentnews.com/2013/10/28/onu-solicita-apoio-angola-resolucao-criSE-rdc/>, consultado a 03.09.2014.

“República Centro Africana pede envio de militares angolanos para manter paz no país”, *Sol do Índico*, de 15 de Julho de 2014, disponível em <http://www.soldoindico.co.mz/republica-centro-africana-pede-envio-de-militares-angolanos-para-manter-paz-no-pais/07/2014>, consultado a 03.09.2014

“Situação na região dos Grandes Lagos é preocupante”, *portal Club-K*, de 15 de Janeiro de 2014, disponível em http://www.club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=17208:situacao-na-regiao-dos-grandes-lagos-e-preocupante-diz-jose-eduardo-dos-santos&catid=23:politica&Itemid=123, consultado a 23.05.2104.